

PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. 2. ed. Rio Branco (AC), EDUFAC, 2008. 420 pp.

Natacha Simei Leal
Universidade de São Paulo

Os Milton: cem anos de história nos seringais é resultado de uma pesquisa de campo de longa duração, algo bastante raro nesses tempos de prazos apertados e de uma lógica acadêmica cada vez mais produtivista. É uma obra bem elaborada, etnográfica e teoricamente, exatamente por isso.

Mariana Pantoja desenvolve o livro, resultado de uma tese de doutorado em antropologia defendida pela Universidade Estadual de Campinas no ano de 2001, a partir da trajetória de um grupo de parentes nomeado através de um patronímico como “Os Milton”. A obra, dividida em oito capítulos, retrata um longo processo histórico, que tem início com a ocupação de seringais na Amazônia no fim do século XIX e tem seu desfecho, ainda incerto, com a abertura democrática pós-Constituição de 1988.

A autora pontua que, de alguma maneira, se identificou com autores da corrente pós-moderna da antropologia enquanto escrevia sua tese, menos por vínculos políticos ou acadêmicos e mais por uma maneira de se tratar os dados etnográficos a partir de uma perspectiva polifônica e dialógica, que Mariana consegue realizar em seu trabalho. O livro é repleto de quadros explicativos, glossas e boxes, que produzem comentários interpretativos e adicionam informações que não caberiam no corpo do texto. Longos trechos das entrevistas, realizadas de maneira espontânea por Mariana, são reproduzidos ao longo do livro. São narrativas que

reconstroem memórias e trajetórias de vida, norteadas por acontecimentos contados pelos múltiplos personagens da obra.

O primeiro contato da autora com os Milton se deu através de um trabalho de assessoria e mobilização comunitária realizado no ano de 1991. No começo da década de 1990, reservas extrativistas no norte do Brasil eram regularizadas e Sr. Milton ocupava o cargo de presidente de uma associação de seringueiros, era umas das lideranças nesse processo.

É a partir da trajetória dos ascendentes e descendentes de Milton e de sua esposa, Dona Mariana, que Pantoja reconstrói mais de cem anos de história dos seringais. Através de biografias de inúmeros personagens, com ênfase na trajetória de quatro protagonistas – Milton e Dona Mariana, Raimunda Gomes da Conceição (mãe de Milton) e Maria Regina da Silva (mãe de Dona Mariana) –, a autora descreve o padrão de posse e ocupação das terras, as crises e os apogeu da borracha, o trânsito de trabalhadores e de mercadorias, os contatos interétnicos, os ciclos domésticos e os arranjos de parentesco que elucidam a organização do trabalho, da moradia e da sociabilidade nos seringais amazônicos.

Em meados do século XIX, a indústria da borracha passou a se desenvolver plenamente. Um novo ritmo de produção e de comércio de bens, que a utilizavam como matéria-prima, foi empreendido a nível mundial. Os efeitos dessa nova indústria chegam ao Brasil nas últimas décadas deste século. Na Amazônia, a produção da borracha estava concentrada na Província do Pará; com o *boom*, novas áreas passaram a ser exploradas e, conseqüentemente, tornou-se necessária mais mão de obra.

Nordestinos chegam à Amazônia a partir de uma série de levas migratórias, ocorridas principalmente entre 1870 e 1912, para ocupar os postos de trabalho nos seringais. Os motivos e estímulos para essa migração, segundo Pantoja, eram variados: havia uma propaganda governamental que enfatizava a importância da borracha para o Brasil; uma seca assolara o Nordeste entre 1877 e 1879, e trabalhadores buscavam

alternativas à sede e à fome; a influência de amigos e parentes que noticiavam que, na Amazônia, era possível enriquecer.

Os primeiros nordestinos que chegaram à Amazônia ganharam a alcunha de “brabos”, adjetivo utilizado para classificar esses migrantes e os índios que ali habitavam, por serem aptos a lidar com as intempéries da vida na selva. O padrao de Sr. Milton, Raimundo Meruoca, e o pai de Dona Mariana, o velho Nascimento, eram uns desses “cearenses brabos”, que, atuando ora como seringueiros, ora como agricultores, se estabeleceram e constituíram suas famílias nos seringais amazônicos.

Durante as aberturas desses novos seringais, ocorreram conflitos entre os chegantes e os nativos. Indígenas foram brutalmente assassinados e muitas mulheres dessas etnias foram incorporadas à sociedade do seringal através de casamentos forçados com os migrantes nordestinos. Expedições armadas contra os índios, as chamadas “correrias”, eram promovidas por patrões (que se tornariam grandes proprietários dos seringais amazônicos) para dominar os territórios e seus moradores tradicionais.

Pantoja aponta que esses conflitos não podem ser analisados através da pura oposição entre brancos e índios, então, traz para o seu texto uma diversidade de situações de contato, pois a guerra e a violência não eram um idioma exclusivo das disputas entre brancos e índios, e o *boom* da borracha acirrou conflitos entre grupos locais.

“Brabos” (índios considerados hostis pelos seringueiros), “mansos” (índios contatados pelos brancos que foram incorporados pelas empresas seringalistas) e “caírus” (não índios) organizavam uma série posições e arranjos a partir de uma lógica de ataques e violências recíprocas: “brabos” guerreavam entre si; “mansos” e “caírus” atacavam “brabos”; “brabos” atacavam e matavam “caírus”. Na memória dos interlocutores privilegiados por Mariana, nos primeiros tempos dos seringais o medo era um sentimento compartilhado por todos.

É interessante destacar que Pantoja apresenta a versão dos sobreviventes dessas violências e genocídios, e estes não são vistos nem se autoanalisam como vítimas desta situação. A mãe de Dona Mariana, Regina, uma índia Kuntanáwa que foi capturada ainda criança em uma correria, viveu a maior parte da vida entre os brancos. A série de casamentos que ela contraiu, os inúmeros compadrios que estabeleceu e seu trabalho como curandeira e parteira fizeram com que ela fosse incorporada à sociedade do seringal, mas que, concomitantemente, conseguisse resgatar laços de sua origem indígena.

Assim, sem negar assimetrias ou violências dos brancos contra os índios, Mariana Pantoja demonstra que padrões e fronteiras étnicas não são estanques, e que essas situações de interação – e mesmo de domínio – não impediram trocas cujos efeitos, retratados no decorrer do livro, são sentidos e reivindicados pelos Milton, especialmente, pós-Constituição de 1988.

É a partir da trajetória de Regina e de Raimunda, mães de Dona Mariana e de Milton, respectivamente, que Pantoja desenvolve algumas considerações sobre gênero e etnia no contexto dos seringais. É fato que havia uma desigualdade de gênero intensificada por uma desigualdade étnica. As índias não tinham escolha: eram capturadas e obrigadas a se casar com os homens brancos. E as mulheres, de maneira geral, viviam desde muito cedo a experiência do nascimento e da morte dos filhos, dos casamentos e da viuvez.

Até a primeira metade do século XX, nos seringais amazônicos, havia muito mais homens do que mulheres. Esse descompasso demográfico contribuiu, de alguma maneira, para a série de casamentos das mães de Dona Mariana e de Sr. Milton: Regina, num período de vinte e quatro anos, teve seis companheiros; Raimunda, em nove anos, teve dois. O argumento da escassez de mulheres, segundo Pantoja, foi utilizado por Regina e Raimunda, e, mais tarde, por Dona Mariana e por muitas

outras moças e senhoras da Amazônia como um elemento, uma margem de manobra que facilitava separações e recasamentos – essas mulheres, ao deixarem seus maridos, muito facilmente encontravam novos companheiros.

Os motivos pelos quais as mulheres abandonavam seus maridos eram o ciúme excessivo e a “malvadeza”, expressos ou não em episódios de violência física. Era comum que as mulheres tolerassem traições de seus maridos, no entanto, estes deveriam ser responsáveis por providenciar o sustento de seu grupo doméstico e ser afetuosos com seus filhos e enteados.

Havia uma pressão, moral e material, para que mulheres tivessem um companheiro ou, ao menos, a ajuda de um homem para prover seu sustento. A rede de parentes rituais (compadres) funcionava como um mecanismo de solidariedade, reciprocidade e ajuda mútua, fundamentais nesses períodos de separações conjugais. A trajetória de Dona Mariana e de Dona Raimunda é marcada pelo suporte, afetivo e econômico, de muitos compadres.

É preciso destacar ainda que esses divórcios, casamentos e compadrios eram facilitados pelas dinâmicas de trabalho e de sociabilidade dos seringais, pautadas por um constante trânsito e deslocamento. Os convites para extração da borracha não eram realizados pelos proprietários das terras. As colocações, unidades produtivas e de residência, das quais seringueiros eram arrendatários e realizavam seu ofício, eram normalmente chefiadas por uma família ou por um conjunto de famílias. O mais costumeiro era que filhos trabalhassem na extração da borracha dos arrendamentos de seus pais, mas o convite a parentes, afilhados ou amigos para realizar tal tarefa não era incomum, fato que estimulava o trânsito desses trabalhadores por diversas colocações.

Vale acrescentar que a aquisição de mercadorias, alimentos, bebidas, produtos de higiene, roupas e artigos de luxo (brinquedos, eletrônicos,

guloseimas) funcionava através do sistema de barracão. Estes entrepostos comerciais constituíam uma centralidade no seringal, um ponto de encontro de trabalhadores de diversas unidades produtivas e residenciais. Além disso, as festas, promovidas por famílias vizinhas ou distantes, estimulavam o trânsito e o contato de seringueiros de várias colocações.

Foi em virtude dessa lógica de trânsito e mobilidade do seringal que Dona Mariana e Sr. Milton se conheceram. Tornaram-se vizinhos no ano de 1951. Na época, Mariana era uma mulher de 20 e poucos anos, recém-separada e mãe de dois filhos. Milton, por sua vez, era um moço de 17 anos, muito trabalhador e o principal responsável pela produção econômica de seu grupo doméstico.

Num primeiro momento, a união dos dois não foi aprovada por suas famílias. Dona Raimunda considerava Milton muito novo para Mariana e prospectava que ele não assumiria a criação dos filhos dela. Além disso, um casamento, no seringal, impunha a necessidade de um local de moradia para o novo grupo doméstico que se constituiria. A escolha de residência de um jovem casal não passava pela questão da herança de um território, uma casa, uma roça, como ocorre em muitas sociedades camponesas, pois o estoque de terras para usufruto na Amazônia era quase ilimitado. Outros eram os problemas: trabalhar e morar numa localidade com abundância de recursos naturais (estradas de seringa e caça), ter o apoio de parentes e compadres para qualquer eventualidade e estar próximo dos grupos de origem (especialmente pais e sogros, para poder assisti-los). Em 1953, depois de um conturbado namoro, Mariana e Milton se casam e vão morar com Raimundo e Raimunda, padasto e mãe do moço. Ao longo dos muitos anos de união, moraram e trabalharam em várias colocações no estado do Acre. Juntos, tiveram dez filhos.

Pantoja utiliza a trajetória dos filhos do casal para discutir o funcionamento de um grupo doméstico no seringal. Esta unidade técnica e de

trabalho funcionava a partir de uma lógica de substituição sucessiva norteadas por critérios de idade e gênero: irmãs mais novas ocupavam o espaço das irmãs mais velhas no serviço doméstico e irmãos mais novos, as atividades de caça e de seringa dos irmãos mais velhos. Isso porque os primeiros casamentos ocorriam logo após a puberdade e um novo casal poderia passar a constituir outro grupo doméstico. A saída dos filhos de casa, contínua e ininterrupta, quase sempre abalava a economia e o bem-estar do grupo original dos pais. Por isso, filhos se instalavam nas proximidades de seus pais e sogros, e alguns netos poderiam ser integrados nas atividades econômicas da casa de seus avós.

Na década de 1980, mudanças consideráveis ocorrem nos seringais. O sistema de barracão estava cada vez mais enfraquecido: a borracha valia pouco, as mercadorias eram constantemente reajustadas e a figura do patrão, outrora mais forte e presente no seringal, tornava-se cada vez mais transitória e rarefeita. Neste momento, surge também o “sindicato” e, com ele, os “direitos”. Seringueiros mais bem informados passam a questionar injustiças e explorações. Vale acrescentar que relatos de experiências de liberdade em terras indígenas próximas e promessas de formação de reservas extrativistas e de cooperativas de trabalhadores estimularam a organização dos seringueiros. Os Milton, na figura do pai e de alguns filhos e genros, se engajaram nessa luta.

Quando Pantoja entra em contato com os Milton, na década de 1990, rituais de uso do Cipó (Ayuaska), bebida da qual Dona Regina sempre falou, eram realizados em reuniões das associações de seringueiros. A autora não pôde se deter longamente sobre o assunto durante a tese, mas prospectou que o uso da planta ajudou a reforçar uma identidade familiar, afirmada por um forte componente étnico.

Para esta edição de *Os Milton*, Mariana Pantoja incluiu um pós-escrito, pois esta parentela passou a afirmar sua ascendência indígena a partir da primeira década do século XXI, se autodesignando Kuntanawa

e reivindicando seus direitos territoriais. A autora relata esse processo e narra que eles, inclusive, sugeriram que o título do livro fosse alterado de *Os Milton* para *Os Kuntanawa*.

Pantoja percebeu que a obra tinha se tornado uma espécie de parecer que documentava a ascendência étnica desse grupo de parentes. E mais: o livro, que era classificado como antropologia rural, passou, aos poucos, a ser classificado como etnologia. Os mesmos atores com quem ela lidou durante os mais de dez anos de pesquisa de campo voltam, agora, suas preocupações para a formação de uma terra indígena.

Por descrever tão minuciosamente a trajetória dos Milton, a grande contribuição do livro é a de acompanhar um processo que não só diz respeito a esse grupo familiar específico, mas também às lógicas de trabalho e sociabilidade dos seringais amazônicos ao longo de todo o século XX, aos caminhos de construção de etnicidades, a uma maneira de se fazer uma antropologia crítica e à abertura democrática no Brasil, cujo efeito, de uma maneira ou outra, é o de os direitos poderem ser reivindicados.

O livro de Mariana Pantoja é exemplar e deve ser lido por estudiosos da antropologia por cumprir à risca a máxima epistemológica da disciplina: de produzir uma ciência do observado.

Referências bibliográficas

LÉVI-STRAUSS, Claude

1985 “Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino”. In LÉVI-STRAUSS, C., *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PANTOJA, Mariana Ciavatta

2008 *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. 2. ed. EDUFAC, Rio Branco (AC). 420 pp.

SILVA, Vagner Gonçalves da

2005 “Entre a poesia e o raio X. Uma introdução à tendência pós-moderna na antropologia”. In GUINSBURG, J.; BARBOSA, A. M. (orgs.), *O Pós-modernismo*. São Paulo, Perspectiva.